

**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de setembro de 2020

14^a

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório – Casa da Cultura de Mogadouro, sob a presidência do excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes trinta e sete membros municipais, dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Alfredo Justino Ribeiro, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, Noémia Correia Fernandes, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, António dos Santos Aleixo, José António Freitas, Francisco Alberto Telo Afonso, José António Patrão, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Francisco Xavier Martins, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Pedro Cordeiro, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia.-----

----- De registar as faltas de comparência à presente sessão dos seguintes membros municipais:-----

----- Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, comunicou via telefone, que não poderia comparecer, por motivos de profissionais. A Mesa considerou a falta justificada.-----

-----Corina Lopes Falcão Xavier, apresentou, por correio eletrónico, comunicação de que não poderia comparecer, por motivos profissionais. A Mesa considerou a falta justificada.-----

João de Deus
J.

----- João de Deus Possacos, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, comunicou via correio eletrónico, que não poderia estar presente, por motivos de saúde, indicando para o substituir a secretária, Noémia Correia Fernandes.-----

----- Carlos Alberto Telo Figueira, Presidente de Junta de Meirinhos, comunicou via telefone, que não poderia estar presente, por motivos de ordem profissional, não indicando ninguém para o substituir. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Luís Pedro Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, comunicou via correio eletrónico, que não poderia estar presente, por motivos de ordem profissional, não indicando ninguém para o substituir. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Rui Manuel Pimentel Fernandes, comunicou via correio eletrónico, que não poderia estar presente, por motivos de ordem profissional, indicando para o substituir o tesoureiro, Francisco Xavier Martins. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Américo Rodrigues, Presidente da Junta de Travanca, comunicou via correio eletrónico, que não poderia estar presente, indicando para o substituir o vogal, Pedro Cordeiro. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- José Pedro Ovelheiro Amaro, Presidente da Junta de Urrós, apresentou, por escrito, comunicação de que não poderia comparecer, por motivos profissionais, não indicando ninguém para o substituir. A Mesa considerou falta justificada.-----

----- António Manuel Silva Frade, Presidente da Junta de Vale da Madre, comunicou via correio eletrónico, que não poderia estar presente, por motivos de ordem profissional, não indicando ninguém para o substituir. A Mesa considerou falta justificada.-----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos constantes com a seguinte ordem do dia:-----

ORDEM DO DIA

1.1 ATA DA 13.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE JUNHO DE 2020 – PARA APROVAÇÃO.-----

1.2 APROVAÇÃO DOS VOTOS DE PESAR.-----

1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA.-----

1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4

gfd
J

- DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – APRECIACÃO.-----
- 2.2 PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O ANO DE 2020 (ARTIGO 112.º - A N.º 1 DO CIMI) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
 - 2.3 PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – FIXAÇÃO EM 0,3% DA TAXA DE IMI PARA OS PRÉDIOS URBANOS RESPEITANTE AO ANO DE 2020, A LIQUIDAR NO ANO DE 2021 (ARTIGO 112.º - A N.º 5 DO CIMI) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
 - 2.4 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ANO LETIVO DE 2021 (DECRETO-LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
 - 2.5 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA AÇÃO SOCIAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ANO DE 2021 (DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
 - 2.6 INFORMAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A CORREÇÃO MATERIAL – ACERTO DE CADASTRO DO PLANO DE PORMENOR DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO – PARA CONHECIMENTO.-----
 - 2.7 CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CONFORME ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 21.º – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
 - 2.8 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PARA CONHECIMENTO.-----
 - 2.9 MAPA DA CEDÊNCIA DAS MÁQUINAS NO CONCELHO – PARA CONHECIMENTO.-----
 - 2.10 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM3-ANO 2020 – PARA CONHECIMENTO.-----
3. OUTROS ASSUNTOS.-----

.....

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- No início da sessão, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à enfermeira Susana Fernandes, a qual informou a Assembleia Municipal sobre a campanha e plano para a vacinação da gripe para o ano 2020/2021 a implementar no concelho de Mogadouro. Referiu as datas e locais para a respetiva vacinação, solicitando a ajuda dos Presidentes de Junta, assim como a disponibilidade de instalações.

Agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia por lhe ter dado a oportunidade para comunicar as informações a todos os presentes.-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

----- “Antes de iniciarmos a ordem de trabalhos, chamo novamente à atenção para o cumprimento da alínea a) do n.º1 do artigo 22.º do regimento interno desta Assembleia Municipal. Não por uma questão pessoal, mas sim, pela dignidade deste órgão.-----

----- Como se aperceberam no vosso lugar existe um documento o qual

Jul 10
[Signature]

também já foi enviado via email. Pedia a vossa autorização para inserir o documento para deliberação, o assunto é sobre a *adesão do ginásio municipal à Associação de empresas de ginásios e academias de Portugal*, o qual eu proponha que se criasse o ponto (2.8), e os restantes seguem a ordem subsequente.-----

----- Colocado o assunto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.”-----

.....

----- 1.1 ATA DA 13.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE JUNHO DE 2020 – PARA APROVAÇÃO: - A Assembleia Municipal deliberou,

por unanimidade, aprovar a ata da décima terceira sessão ordinária, realizada no dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte. -----

----- Não participaram na votação desta ata, os membros desta Assembleia Municipal que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- 1.2 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR: - Por proposta do

senhor Presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes votos de pesar e apresentar às famílias enlutadas as sentidas condolências:-----

- Pelo falecimento do sogro do membro municipal, Sandra Cristina Mendo Moura, o senhor Fernando Joaquim Moreno;-----

- Pelo falecimento da avó da funcionária da Câmara Municipal e ex. secretária da Assembleia Municipal, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, a senhora Angelina Brites.-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:-----

-----“Eu venho intervir neste ponto porque eu sou das poucas pessoas que lê as atas da Câmara com regularidade, e estranhei no dia catorze de julho de dois mil e vinte na reunião de Câmara o seguinte: o senhor Presidente fez um voto de pesar pelo funcionário, senhor Fernando Moreno, fez um voto de pesar pela avó da dona Sandra Fitas Pereira e nessa mesma semana que faleceram essas duas pessoas, houve outro falecimento, a avó de uma funcionária da Câmara, por acaso é secretária das reuniões da Câmara Municipal, a dona Conceição Teixeira, que também foi secretária desta Assembleia. Por isso mesmo senhor Presidente, eu solicito que seja posto a votação o voto de pesar pela avó da funcionária Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, já que o senhor Presidente da Câmara se esqueceu.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

----- “Em relação a este ponto não tenho nada acrescentar. Neste período de Covid_19, como vocês sabem, muitas coisas que acontecem não nos apercebemos, nem sabemos o que se passa. Agradecemos a informação e da nossa parte propomos o voto de pesar pela senhora Angelina Brites, avó da funcionária Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira.”-----

----- **1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º,

Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia nove de setembro de dois mil e vinte.-----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve público presente para intervir.-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Mediante as condições que venham a ser estabelecidas ou agravadas para esta situação que estamos a viver, vamos ter que garantir dentro do nosso regimento interno ou arranjar maneiras modernas e atualizadas para o público intervir, sem se dirigir ou sem estar presente na sala.-----

----- Já tive uma conversa com o senhor Presidente da Câmara sobre esse assunto, no sentido de enveredar todos os esforços possíveis para colmatar esta lacuna.-----

----- Eu acredito que se houver mais facilidade para o público intervir, está garantida certamente mais democracia no concelho.”-----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes

membros municipais: António Cordeiro; Ilídio Granjo; Anabela Pereira; José Branco; Alfredo Ribeiro; Manuel Varandas; Jorge Dias; Belmiro Ferreira.-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO DE JESUS CORDEIRO:**-----

-----“Hoje resolvi intervir e faço-o agora no sentido de chamar à atenção de todos, antes que esta Assembleia ganhe contornos da Assembleia anterior, no respeitante ao uso dos tempos de intervenção no período antes da ordem antes do dia. Foi um exagero, tenho acompanhado com muita atenção o desenrolar das diversas ações das nossas Assembleias Municipais, e o que

me tenho apercebido é que raramente alguns interventores, conhecendo a tolerância do Presidente da mesa cumprem o estipulado no regimento da Assembleia, no que toca aos tempos de intervenção. Usam e abusam das intervenções, bem como dos tempos de intervenção, mas nem é isso que me faz mágoa.-----

----- O período antes da ordem do dia, segundo o regimento terá a duração máxima de uma hora, repito, máxima de uma hora.-----

----- Lembro-me que noutros tempos era apenas de meia hora, todos sabemos que na sessão anterior, no período antes da ordem do dia, começou por volta das nove e meia e terminou por volta do meio dia, isto é, mais do dobro.-----

----- O facto do senhor Presidente da mesa ser temporizador, e honra seja feita, tem sido exemplo para todos, não deverá levar a que se abuse deste modo o cumprimento estipulado na lei regimental que foi transcrito a partir da lei geral das autarquias.-----

----- Ao dizer isto, não quero que alguém pense que eu não quero que haja intervenções, antes pelo contrário, os assuntos deverão ser discutidos até que ninguém fique com dúvidas sobre o que se está a discutir e aprovar.-----

----- Direi mais, se entenderem que é necessário uma ou mais reuniões apenas para esclarecimentos, pois que se façam. Mas por favor, peço-lhes que nos poupem ao cansaço provocado pelo uso excessivo dos tempos que deverão ser usados neste período.-----

----- Eu confesso que na sessão anterior me senti cansado, cansado como poucas vezes, por ter de estar a ouvir algumas intervenções tanto tempo e até algumas delas com assuntos que apenas instigam tricas e quando assim acontece não estamos a fazer boa política. Essa política não abona a favor de ninguém, todos temos obrigação pela formação que temos de pugnar pela política altruísta, nesse sentido, deixem-me que lhes diga: temos de momento à frente do país e dos nossos partidos os quais nos devemos rever, políticos de elevada craveira, a quem tiro o meu chapéu. Políticos com uma visão e sentido invulgar, não vou referir nomes, mas todos sabem quem são. É nesta visão política que eu me revejo, intervir sempre com sentido patriótico que eleve o ego de cada um e se puderem procurem ser políticos com esta visão.-

----- Alguns políticos ao verem a permissão temporizadora do senhor Presidente da mesa, eu não estou contra que se dê tolerância, usam e abusam dessa benesse, não o deveriam fazer.-----

----- Senhor Presidente da mesa desculpe-me que lhe diga o seguinte: Assembleia Municipal é uma instituição pública que não pode nem deve ser gerida à vontade de cada um. Tem de ser gerida respeitando a lei minimamente, e a lei aqui é o regimento, que bom ou mau deverá servir de orientação aos trabalhos, isto não é uma empresa privada que cada um possa gerir à sua maneira, é uma instituição pública e tem uma lei.-----
Por conseguinte, para que todos nos passamos entender, solicito ao senhor

Presidente da mesa que passe a orientar a Assembleia nos termos regimentais que tiveram como fonte a lei geral referida.-----

Cumpri sempre os meus mandatos do princípio ao fim e já não são poucos, já disse que este será aquele com o qual encerrarei a minha participação de político e de autarca, por conseguinte, peço-lhes que não me obriguem a tomar uma atitude contra a minha vontade.-----

----- A política para mim, apesar de não saber tudo, longe disso, já não me diz muito. Poupem-nos um desgaste desnecessário que não serve a ninguém, no regimento já todos sabem os tempos que têm direito, por conseguinte, peço-lhes mais uma vez, procurem adequar as vossas intervenções sem ferir o seu conteúdo, mas cumprindo sempre os tempos que o regimento determina.-----

----- Fazer constantemente pontos de ordem à mesa não é o meu princípio, se entenderem que o que digo é palavra vã, não contem comigo, desse modo não terão o meu apoio.”-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Em relação a este ponto, o que o membro António Cordeiro referiu, claro que há que cumprir sempre a lei.-----

----- A lei sobrepõem-se a tudo, agora como vocês sabem, a Assembleia Municipal tem dois poderes muito importantes, um é deliberativo e o outro é o fiscal. O deliberativo orienta e escolhe a atividade e as atividades que a Câmara se propõem a fazer, seguindo sempre a lei. O fiscal que porventura na nossa Assembleia e a nível nacional reflete um trabalho de 0 a 100%, só existe 7% de fiscalidade nas Assembleias Municipais, e a nossa está em parâmetros muito mais baixos.-----

----- Com isto quero dizer o seguinte: só existem duas hipóteses, ou deixamos os membros intervir, ou terão de o exigir por escrito, isso dará muito mais trabalho ao órgão executivo. Assim se houver esclarecimento aqui, todos ficam a ter conhecimento.-----

----- Concordo plenamente consigo senhor António Cordeiro, eu chamo muitas vezes à atenção que o período não pode ser extravasado e mais, esse período tem de ser aproveitado para dizer sucintamente o que se pretende.”-

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ: -----

-----“Desejo que estejam bem de saúde e que apostem cada vez mais na prevenção neste período difícil.-----

----- Eu tinha três questões a colocar mas uma decidi retirá-la, porque efetivamente tem de ser mais analisada e melhor estudada, depois virá numa outra altura.-----

----- Antes de começar a minha intervenção breve e sucinta, queria aqui se me é permitido, combater um pouco a intervenção que o senhor nosso colega

Ju D.
[assinatura]

membro António Cordeiro colocou relativamente ao regimento. Ou seja eu interpreto as intervenções do membro António Cordeiro, como talvez, uma precipitação, um tipo de lei da rolha à própria Assembleia, ou então, uma lição de moral ao Presidente da Assembleia por incumprimento do regimento. Não quero que seja assim, queria apenas deixar a minha sugestão relativamente ao que foi dito, a gestão do tempo é como está consignado no regimento da responsabilidade da mesa. A mesa por circunstâncias tende deixar passar o tempo, mas se quiser tem o tempo definido no regimento e as pessoas aí devem-no acatar. Também admito que por vezes haja exageros relativamente às questões que se colocam umas infundadas outras fundamentadas, o que é certo é que recordando muitas vezes o que dizia o nosso colega e membro Cândido Fernandes, quando as pessoas exageravam no tempo e eu tentava limitar o tempo, ele dizia “*deixem falar o homem*”, e eu agarrei no cronómetro do tempo e meti-o na gaveta e não quis saber mais disso. Porquê? Porque as Assembleias Municipais são tão poucas durante o ano e são extremamente importantes para a manutenção da conduta democrática na nossa zona e até no país, que não faz sentido nenhum cortar a palavra. Agora o que faz sentido é criar método e organização nas intervenções e não misturar os pontos.-----

----- A existência democrática das Assembleias Municipais prende-se precisamente pela sua natureza conceptual, são públicas devem ser participadas pelo público. Quanto público aqui temos? Ninguém.-----

----- Oxalá que tenhamos público no futuro.-----

----- Esta é uma pequena intervenção, não me sentia bem se não dissesse isto, efetivamente relacionado com as Assembleias Municipais.-----

----- A questão que eu queria colocar tem a ver com a caça. É uma questão direcionada para o senhor Presidente da Câmara, queria fazer este alerta que me fizeram chegar e que se resume no seguinte: como toda a gente sabe, para se poder caçar com cães é obrigatório a implementação de alguns procedimentos, entre os quais, o documento comprovativo da vacina da raiva, sem o qual as Juntas de Freguesia não poderão emitir a respetiva licença de caça. Fui abordado por alguns amigos que são caçadores que se mostraram apreensivos e até perplexos pelo facto de existir falta de veterinários, ou quem às vezes tiver dificuldade em vacinar os animais e assim poderão não contribuir para a resolução da obrigatoriedade procedimental e também não contribuem assim para assegurar a sanidade pública que a todos interessa.-----

----- Portanto, senhor Presidente era só um aviso, não sei o que se está a passar, se temos ou não veterinário, o que é certo é que as pessoas querem desenvolver o procedimento e estão manietadas e não sabem o que fazer.---

----- Outra questão rápida e que, não sei se me vou sobrepor, mas acho que não. Como todos sabem, decorreu no passado fim-de-semana o congresso da ANAM, julgo que em Braga, onde estiveram presentes as nossas dignas

gma →
d

secretárias da Assembleia Municipal, a primeira e a segunda secretária, que nos honraram com a sua presença, facto que registo com satisfação e agrado, muito obrigado por terem ido.-----

----- Agora, aproveitando a vossa ida ao Congresso era bom que para aqueles que não tiveram oportunidade de ver pela televisão ou pela internet, saberem de algumas conclusões embora rápidas pelo que me é dado a conhecer a ANAM está em crescimento, a ANAM neste momento está fortemente apoiada institucionalmente desde o Presidente da República ao Governo, à própria dinâmica das Assembleias Municipais e portanto também me sinto particularmente honroso pelo facto de ter ajudado a fundar essa associação e quero que ela produza os seus efeitos que é a dignificação da democracia e a proximidade entre os eleitos e os eleitores.”-----

----- INTERVENÇÃO DA MEMBRO ANABELA MENDES PEREIRA, PRIMEIRA SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----“No passado dia dezanove de setembro eu e a Carla estivemos presentes no 2º Congresso da ANAM, onde foram abordados e debatidos os mais diversos assuntos, no que respeita à identidade das Assembleias, mas a grande mensagem que saiu deste Congresso, prende-se com os Novos Desafios do Poder Local, desafios de gestão, de competências, que têm que se adaptar ao século XXI e que só será possível serem bem-sucedidos se com as competências vieram também os meios.-----

----- Outra nota importante acerca deste Congresso é o facto de ter sido debatido que realmente temos regimentos para mudar, indo de encontro às alterações da realidade do país, colocando os nossos regimentos ao serviço da democracia e do poder local.-----

----- Por isso é fundamental que se possam criar as Comissões Permanentes, que atuam em assuntos considerados urgentes, não vinculam a Assembleia Municipal, promovendo a coesão social, pois as diferenças dos territórios e das suas gentes fazem as dinâmicas distintas de cada município.-

----- Quem está no território é quem melhor conhece as fragilidades da sua população, e é este, no fundo, o desafio do poder autárquico: criar condições para que os compromissos assumidos por parte das Autarquias, beneficie as populações. Quem está perto das pessoas e conhece as particularidades do seu território está naturalmente mais bem posicionado para melhor responder aos desafios locais.-----

----- Assim decorreu mais um congresso da ANAM, que como referiu o professor Ilídio, está em crescimento e foi sem dúvida muito enriquecedor.”-

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: -----

-----“Pegando nas palavras do Engenheiro António Cordeiro, podia ser para

J. Dias
J.

mim essa afirmação “do tempo”, mas se o senhor também viesse aqui e colocasse algumas perguntas que tenta saber, ficava mais fácil para as outras pessoas.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia eu tenho aqui um requerimento para si, e vou transmitir, e é o seguinte: senhor Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Dias, “*Nos termos regimentais, solicito que por seu intermédio: solicite ao senhor presidente da Câmara, as peças do procedimento que deram origem à execução das respetivas obras de Bemposta e Peredo da Bemposta, remodelação da rede de água e saneamento.*”, Vou pedir por escrito ao senhor Presidente da Assembleia e solicito que me faça chegar este pedido ao senhor Presidente da Câmara, já que a Câmara não me dá resposta.-----

----- Por seguinte vamos a outra situação, ajustes diretos.-----

----- Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e seis de junho de dois mil e quinze, o senhor assinou um ajuste direto de sessenta mil euros com a empresa “Infinitech”, sediada em Ermesinde, para a elaboração de um projeto para a reparação de doze salas antigas das escolas primárias. Sabendo que essas doze salas seriam praticamente todas iguais e tratando-se apenas do projeto, entendemos na altura e aqui foi dito que nos parecia exagerado e caro.-----

----- Foi aqui solicitado por mim nessa data que nos mostrasse o projeto para termos a certeza de que existiria realmente e o que constaria.-----

----- Nem uma coisa nem outra nos deu o senhor Presidente, perante isso, temos dúvidas se existe o projeto que esta Câmara pagou a uma empresa que paga impostos em Ermesinde, e que o proprietário é o senhor Luís Pedro Folgado, membro da sua lista, candidata às eleições da Câmara entre dois mil e treze e dois mil e dezassete.-----

----- No passado dia dezassete de julho, novamente com a sua chancela, novo ajuste direto com a mesma empresa do senhor Luís Pedro Folgado, elemento da sua lista nas eleições de dois mil e treze e dois mil e dezassete, desta vez para a elaboração de um projeto para uma Casa das Associações de Bemposta, pelo valor de quinze mil euros.-----

----- Não queremos discutir a permanência da obra, devendo-lhe dizer que não seria difícil conseguir esse projeto junto dos muitos intervenientes sediados no nosso concelho. Sendo eles que criam cá emprego, que pagam cá os impostos por valores semelhantes aos de uma moradia, ou seja, três ou quatro vezes mais baratos, não podia ser um ajuste direto a nenhum membro das suas listas.-----

----- Perante estes factos tendo o Município recursos próprios de diversos gabinetes de engenharia no nosso concelho, optou por fazer repetidamente ajustes diretos chorudos, sem que ainda nada se tenha visto. Já vão em ajustes diretos assinados por si com membros das suas listas um valor de setenta e cinco mil euros.-----

g.d.
[Signature]

----- Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, decorridos sete anos da sua governação, na qualidade de membro eleito desta Assembleia e líder da concelhia do partido da oposição, entendo que é a hora de chegar e fazer a avaliação da ação ou trabalho do seu executivo.-----

----- Como ponto de partida permita-me, que comece por recordar a esta Assembleia que em dois mil e treze este executivo recebeu um concelho bem infraestruturado em rede viária, praticamente toda repavimentada, uma boa cobertura a nível de abastecimento de água e saneamento em aldeias e vila. Bem recuperadas e dotadas de infraestruturas culturais e desportivas e de mobilidade ao nível do que melhor que se vê no país.-----

----- Lembro ainda que em dois mil e treze o partido socialista herdou uma Câmara com projetos e obras em curso, financiadas e uma boa situação financeira.-----

----- Nesta medida importa mais verificar o que se passou em Mogadouro ao longo destes sete anos. Assim, começo por solicitar algumas questões que considero importantes para avaliação do desempenho do atual executivo.---

----- Em primeiro, o que foi feito a nível da Educação, Cultura e do Desporto;-----

----- Em segundo, quais foram as preocupações do executivo com o sector agrícola em geral;-----

----- Em terceiro, o que foi pensado, executado a nível de abastecimento de água e saneamento;-----

----- Em quarto, que projetos este executivo realizou no concelho;-----

----- Em quinto, que perspectivas tem este executivo para reviver a economia do concelho e logicamente para recuperar o emprego;-----

----- Sexto, ética política.-----

----- Em relação ao primeiro ponto Educação, Cultura e Desporto pouco ou nada importa o que passou, registo apenas o aluguer de tendas que em alguns casos nem usadas foram, mas foram pagas pela Câmara.-----

----- Se não fosse a construção da cantina escolar a decorrer neste momento nada teríamos a registar. Pela negativa, permita-me que refira aqui a não resolução da carência de pessoal auxiliar no ensino básico e a falta de preocupação do executivo com a pandemia, pois nem disponibilizou apoio financeiro para efetuar os testes a funcionários e professores antes da abertura do ano escolar. Esperemos que a ausência das preocupações não tragam ao concelho alguns dissabores.-----

----- Em relação ao segundo ponto, a preocupação com o sector agrícola e não se manter o apoio sanitário animal que já vêm do antigo executivo do PSD, você só o passou para 100%, não conheço outra medida de registo. Pela negativa, soube da destruição do recinto das feiras e vai construir um mono para a luta de toiros.-----

----- Senhor Presidente, as feiras são importantes para o concelho e destruir

parte de um recinto que se encontra em boas condições e custou tanto a construir é, na nossa opinião, quase criminoso.-----
----- Pois Mogadouro dispunha de espaços nas proximidades que poderiam ser utilizados para esse efeito.-----
----- Em relação ao terceiro ponto, abastecimento de água, continuamos onde ficamos em Brunhosinho, em relação ao sector sul do concelho, nada foi feito, a barragem continua por limpar. Registo pela negativa, opção do modernizar as atuais ETARS de Mogadouro com recurso à bombagem de elementos, ao invés de construir como estava pensado e previsto outra junto à Quinta da Ribeirinha e permitindo eliminar as duas atuais.-----
----- Em relação aos projetos novos na Câmara, não conheço nenhuns, se houve alguma iniciativa no concelho foram de iniciativa privada. Em relação às perspetivas para o futuro, se existem, não as conheço.-----
----- O que vejo é membros do executivo, cada um metido no seu castelo e pouco preocupado com o futuro do concelho.-----
----- No ponto sobre a ética política, senhor Presidente, aqui estamos conversados. Perde-se completamente a vergonha e cada um tratou de meter nos quadros da Câmara os seus familiares diretos e amigos.-----
Senhor Presidente não se coibiu de na primeira oportunidade de meter a esposa, nora, o seu assessor aproveitou a embalagem para resolver o problema da esposa. Uns metidos na própria Câmara, outros metidos noutras associações. O senhor Presidente não perdeu tempo, tem a família toda empregada no Estado, e empregos bem pagos.-----
----- Por último, a sua filha que até foi transferida de um bom emprego de Moncorvo para um emprego melhor em Chaves.-----
----- Em relação às obras que se constam, que constata, e a coisa não foi bem melhor. Vejamos o que aconteceu com a obra do bairro social. Quem ganhou? Pois claro, a empresa em que trabalhou a esposa do senhor Presidente. Quem fiscaliza a obra perante a Câmara, pois claro, a esposa do senhor Presidente.-----
----- Senhor Presidente em política não basta ser sério, também é preciso parecê-lo.-----
----- Já agora, senhor Presidente, pode explicar porque razão tirou as obras ao vereador Evaristo Neves?-----
----- Só mais duas ou três perguntas.-----
----- Senhor Presidente, julgo que toda a gente se lembra de um sinal dos novos que estava colocado junto ao Banco, em frente aos móveis da Teresa Cordeiro. Já há algum tempo foi retirado, gostava de saber se o senhor Presidente sabe onde está colocado, ou guardado, e qual a razão de ser retirado. Se caiu, porque é que ainda não foi colocado, passado três ou quatro meses?-----
----- Meus senhores, uma situação grave que se está a passar no concelho de Mogadouro, peço ao senhor Presidente da Câmara se quer no fim desta

reunião ir ao bairro social ver onde está o contador de obras, contador da água, nesta empreitada.-----

----- Senhor Presidente se tem a amabilidade no final desta reunião, quero que nos acompanhe e que nos mostre onde o senhor da obra tem o contador da obra para gastar a água da rede pública. E consta-se que está a gastar muita água, sem pagar um cêntimo ao Município.-----

----- Outra situação, já coloquei na outra reunião o assunto, é sobre as águas, se foi entregue à Resíduos do Nordeste ou não.-----

----- Passados dois dias da última Assembleia tivemos reunião da CIM, onde o senhor Presidente da Assembleia na sua primeira intervenção, pôs essa questão na CIM, foi uma discussão tremenda entre os Presidentes de Câmara que estavam presentes. O nosso não estava lá, pois nunca foi, mas foi uma discussão tremenda entre eles e ninguém se entendia.-----

----- No final da reunião, eu e o senhor Presidente da Assembleia estivemos a falar com o presidente da CIM, com o Dr. Artur Nunes, e o que ele nos transmitiu e aqui o senhor Presidente que vos diga, que o senhor Presidente da Câmara, Francisco Guimarães, nos tinha mentido na última sessão. Situações que ele nos ocultou e nos mentiu no ponto da situação das águas. Está aqui o senhor Presidente da Assembleia que não me deixa em mentira, porque o Dr. Artur Nunes, Presidente da Câmara de Miranda do Douro, nos contou a situação.-----

----- Outra questão é a situação do gás, gostava de saber o ponto de situação do gás. Estamos numa empresa estamos noutra, vai avançar não vai avançar, ficamos onde estamos?-----

----- Por fim, uma questão dirigida à vereadora Joana Silva, queria que me respondesse de quem é a responsabilidade dos transportes escolares?-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Em relação ao que disse o Presidente da CIM, o Artur não disse que o Presidente mentiu, eu não ouvi isso, ele disse que há uma posição a tomar sobre as águas, e isso o senhor Presidente explicou e pode voltar a explicar, como está a situação.-----

----- Atenção, ele não disse que o Presidente mentiu.”-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ALFREDO JUSTINO RIBEIRO:-----

-----“Uma particular saudação para todos os concidadãos que têm sido exemplares no comportamento cívico neste período absolutamente castrador para todos.-----

----- Englobo nesta instância os agricultores e os empresários, verdadeiros fazedores da economia do concelho, que entre sobressaltos e tempos difíceis,

granj
J

resistem. E nunca é demais lembrá-lo: não é nada fácil, manter o ânimo e a resiliência, quando o ambiente pandémico nos rouba tudo, ou quase tudo.---

----- Senhor Presidente, não vou fazer, no caso concreto, considerações sobre a forma como o Governo Autárquico tem gerido a situação pandémica no concelho.-----

----- Não o faço, não por considerar que um putativo valor patriótico se deve sobrepor ao exercício da crítica, mas porque há um tema, igualmente de saúde pública, de igual modo premente, mas que nunca foi abordado.----

----- Falo-vos da infeliz e singular situação oncológica da Freguesia de Urrós. Sabe-se que há inúmeras vítimas mortais de doença cancerígena; sabe-se que há inúmeros diagnósticos cancerígenos; sabe-se que esse registo é significativamente alto. Mas nunca se procurou saber a causa, e por extensão, buscar a resposta apropriada.-----

----- Pois bem, Senhor Presidente, dado o contexto, julgo que o Governo Autárquico, através dos Serviços de Ação Social, em coordenação com a respetiva Junta de Freguesia, deveria encetar as diligências necessárias junto de investigadores da área e instituições idóneas, designadamente as Faculdade de Medicina e de Ciências da Universidade do Porto, para desenvolverem um rastreio mais incisivo, e complementarmente um estudo aprofundado, para perceber as causas, a raiz e apontar soluções.-----

----- Senhor Presidente, excelentíssima Assembleia, julgo que ninguém pode ficar passivo a este problema. Sendo visível, todos somos cúmplices se nada fizemos.-----

----- Com a pedagogia e dever construtivo que deve nortear, sempre, o exercício de quem está na oposição política, deixo esta proposta para concretização.-----

----- Por último, senhor Presidente, aproveito este espaço de intervenção para lhe colocar uma questão, procurando com ela um melhor esclarecimento.-----

----- Decidiu o Governo Autárquico distribuir, e bem, de forma gratuita pelo concelho máscaras de proteção.-----

----- Todavia, chegou-me a informação de que esse cuidado não foi tido em atenção junto dos funcionários do Município.-----

----- Pergunto: confirma esta informação? Se assim é, julgo que é tempo de a reparar, oferecendo a todos os funcionários as imprescindíveis máscaras de proteção, dado que é da responsabilidade da entidade empregadora, o fornecimento dos equipamentos de proteção individual.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO DE JESUS CORDEIRO:**-----

-----“Venho somente para esclarecer o seguinte: o senhor Ilídio Granjo esteve comigo na Assembleia Municipal onde fui Presidente, ele que diga aqui publicamente se alguma vez foi impedido de falar para dizer que eu sou

o que impõem a lei da rolha. Nunca foi impedido de falar, nem ele nem ninguém. Agora tenho de dizer uma coisa com toda a franqueza, ou temos regimento ou não temos regimento.-----

----- Agora diz-me que as Assembleias são poucas, eu disse que a Assembleia pode fazer mais sessões. Se tiver necessidade de esclarecimentos pois que se façam mais Assembleias, agora estar a dizer tudo numa Assembleia, não pode ser assim.-----

----- Ou trazem as coisas sucintas, devidamente escritas ou procurem ser mais breves.-----

----- Era isso que eu queria dizer e se o regimento é para funcionar e se existe e todos o aprovamos é mesmo para que funcione.-----

----- O senhor Presidente quer ser temporizador com todos nós, mas existem limites, e se todos estivermos de acordo, não precisamos de estar a mexer nas coisas, temos de ter noção que existem tempos para intervir e que o regimento prevê ultrapassar um bocadinho, tudo bem, agora demasiadamente acho que não.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDNETE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Poderá existir uma possibilidade para colmatarmos esta situação.-----

----- Nas exposições que são demoradas e que têm diversos assuntos, como se trata de grupos parlamentares, podem ser incumbidas várias pessoas para apresentar assuntos.-----

----- Falando do regimento, tem cinco minutos de intervenção, nas duas vezes dará dez minutos. Cada um tem direito a cinco minutos, sendo isto subjetivo, se forem repartidos os assuntos está solucionado o caso, portanto, quando houver necessidade de apresentar assuntos, era mais eficiente repartir os mesmos por cada membro.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-**

-----“Eu tinha mais ou menos interiorizado que não iria responder às intervenções do PSD.-----

----- Faz insinuações, provoca, é a forma que ele tem de fazer política, de fazer oposição.-----

----- Agora houve uma coisa que a mim me doeu, doeu porque, eu sei, estou cá há muito tempo e sei também que o senhor Presidente da Câmara de Mogadouro é uma pessoa íntegra, sei perfeitamente que militou nas hostes do partido que agora defende. Sei perfeitamente que a Câmara de Mogadouro foi governada durante anos por eleitos do PSD e vir para aqui, numa Assembleia Municipal dizer que o senhor Presidente da Câmara arranja emprego à filha, emprega à nora, à esposa.-----

----- Espere aí, isto não é fazer política, todos nós sabemos como se entra para empregos da função pública. Existem concursos, essas coisas são claras.

gdr
S.

Deixe-me fazer uma pergunta senhor deputado José Branco. Quantos afetos, quantas pessoas ligadas aos Presidentes da Câmara eleitos pelo PSD foram colocados nos serviços da Câmara de Mogadouro?-----

----- Senhor deputado, José Branco, tem todo o direito de fazer as perguntas, agora acusar, não acha que se está a meter no foro pessoal do senhor Presidente da Câmara. Eu só lhe estou a responder por causa disso.--

----- Não viria aqui dizer que a Câmara Municipal está a ceder água gratuitamente ao empreiteiro, que o sinal de trânsito desapareceu de sítio.---

----- Vocês acusam que a Câmara não faz obras e depois que as obras estão a funcionar, vão-se preocupar com o contador da água. Agora acusar diretamente o senhor Presidente que cria empregos para A, B, C, vocês não sabem analisar o que fizeram durante anos.-----

----- Incomodam-me que estas coisas sejam acusadas pessoalmente.-----

----- Ataques pessoais não são ataques políticos.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Não sou político nem serei, mas já chamei várias vezes à atenção, e acho que isso é dignidade pessoal, educação pessoal da humildade da pessoa. Portanto, eu acho que se devem evitar ataques pessoais.-----

----- Aproveitando o momento, e antes que o Presidente de Câmara vá falar e responder se porventura o entender, tenho uma situação que me chamaram à atenção.-----

----- Não sei se vocês têm conhecimento do Movimento Terra de Miranda. -----

----- O Movimento Terra de Miranda, trata-se de um Movimento cívico da sociedade civil que tem por base a inclusão e a construtividade. Esse Movimento já fez duas reuniões com os elementos que pertencem a esse núcleo, onde na primeira reunião, o senhor Presidente Câmara também esteve presente, e ontem houve novamente outra reunião com os elementos, os Presidentes das Assembleias de Miranda do Douro e Mogadouro, os Presidentes de Câmara de Mogadouro e Miranda do Douro e outros elementos que fizeram a gestão. Esse Movimento é representativo da terra do concelho de Miranda do Douro e do concelho de Mogadouro, isto visa essencialmente o seguinte: tem por evidência quatro pilares fundamentais, que dizem, segundo as suas exigências, salvaguardar a parte ambiental, a parte cultural e a parte histórica e financeira dos Municípios com barragem, principalmente o Município de Mogadouro e Miranda do Douro. Este Movimento tem como principais objetivos no negócio das barragens, ter o seu papel entre a empresa, o Estado e a sociedade civil. Servir de intermediário entre a empresa que adquiriu as barragens e negociar entre estes dois pontos: o Estado e a empresa.-----

----- O que é que pretendem? Pretendem essencialmente fazer, levar às

negociações os interesses da Terra de Miranda, entenda-se Terra de Miranda como concelho de Mogadouro e Miranda do Douro. Segundo a história, e eles foram buscar este nome, pode-se por vezes dar um sentido conotativo diferente, eu também o dei no início, mas entenda-se Terras de Miranda, porque historicamente a Terra de Miranda era Mogadouro, Miranda e Vimioso, o Planalto.-----

----- Outra das exigências ou ponto chave é construir um modelo mais justo para a repartição da riqueza produzida por essas barragens, ora essa repartição de riqueza terá que ser negociada. Segundo o que eu entendi ao Presidente da Câmara de Miranda do Douro, o negócio já foi feito, já existem situações que estão determinadas, mas o acordo ainda não foi assinado. Portanto, este acordo antes da assinatura poderá ter formas legislativas totalmente diferentes.-----

----- Financeiramente, há sempre um Secretário de Estado ou alguma portaria ou algum decreto-lei que pode revogar qualquer um dos outros anteriores, sempre a favor das populações em causa.-----

----- Este Movimento já realizou vários contactos com várias instituições e com várias entidades.-----

----- Fará nesta próxima semana uma reunião com o Presidente da República e com a Procuradoria-Geral da República.-----

----- Solicitam mais empenho das associações e entidades do concelho de Mogadouro porque nesta representação só temos a “*Maschocalheiro*” de Bemposta, foi também anunciado uma participação da associação de teatro mas nunca apareceram. Portanto, convêm que as associações ou entidades de Mogadouro participem ativamente neste processo, porque embora pareça um processo que porventura imaginemos que não têm frutos rápidos, pode no futuro dar um grande avanço nos nossos dois concelhos.-----

----- Quanto às questões de fundo deste Movimento e de acordo da venda, embora já exista como eu já referi este acordo ainda não está assinado.-----

----- Tudo está nas mãos do Ministro do Ambiente e na força das negociações do Movimento e dos nossos Autarcas. Portanto, este Movimento terá mais força e mais pujança para exigir o que lhe é devido se porventura os nossos Autarcas se juntarem nesta própria negociação. Ora bem, existe aqui uma questão política, porque, independentemente de tudo, já disse que existe um acordo, e estas questões políticas a gente não sabe como foi feito esse acordo e o que prometeram às Autarquias, nem eles nos podem dizer. Se está o acordo mais ou menos estabelecido, eu acho que estará em segredo de justiça. Eu chamo à atenção e gostaria que se for possível o senhor Presidente de Câmara de Mogadouro tornasse esta atuação mais forte com a sua participação e com a participação do senhor Presidente de Câmara de Miranda do Douro. É certo que os Presidentes de Câmara se comprometeram na primeira reunião e assim o fizeram para ajudar no que fosse necessário este Movimento, disponibilizando meios ao seu alcance. Há

aqui um senão, e fomos chamados à atenção ontem, que as gestões financeiras, principalmente dar dinheiro, não poderia ser feito, porque é um Movimento não é uma associação. Associação seria fundamentada com o objetivo próprio e aí poder-se-ia estruturar uma verba própria para essa associação.-----

----- É uma questão de estudar, questão legal, que não sei como se dá a volta, só mesmo o próprio gabinete jurídico é que poderiam solucionar essa questão. Portanto, existem várias possibilidades, uma delas é reforçar este negócio e ver discutir sempre em prol duma comunidade, nunca de interesses públicos nem de interesses próprios e salvaguardar posições individualistas e nunca meter a política no meio disto, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Se é um Movimento cívico da sociedade civil deve ter sempre em função e objetivo, criar o interesse público, e sempre defender o interesse geral, sem proa nem vaidade.-----

----- Solicito ao senhor Presidente da Câmara na sua intervenção se nos quiser dar mais esclarecimentos sobre o assunto.-----

----- Em relação a este assunto o Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, solicitou que se fosse possível, que é possível, fariamos uma reunião/sessão conjunta com a Assembleia Municipal de Miranda do Douro numa data a agendar e num espaço a decidir. Será uma reunião extraordinária com o intuito de discutir esse assunto e projetá-lo para o futuro. Se houver alguma questão que eu possa responder ou que o senhor Presidente da Câmara possa responder.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:**-----

-----“Já que estamos a discutir matérias regimentais e não é para ofender, mas também diz o regimento quando o Presidente da Assembleia Municipal quer fazer uma intervenção deve abandonar a mesa e vir aqui, porque o senhor Presidente da Câmara também vem, e eu também me levanto para vir aqui. É o que diz o regimento, quando o Presidente da Assembleia Municipal quer fazer uma intervenção, foi o caso, deve abandonar a mesa e vem aqui ao palanque fazer a sua intervenção, não é para censurar, é para alertar.-----

----- Outra questão, as intervenções que normalmente se fazem aqui, são sempre da responsabilidade de quem as pratica, normalmente apoiadas ou sustentadas pela organização partidária a qual pertencem. Todavia, eu costumo aliar e definir a política com a ética, responsabilidade, com a transparência, trabalho e produtividade.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ALFREDO JUSTINO RIBEIRO:**-----

-----“No seguimento da abordagem que fez aqui sobre o Movimento cívico Terras de Miranda. Para ser Movimento cívico tem que ser um Movimento que parte de uma sociedade civil, que nasce da vontade da sociedade civil de

se organizar, de se manifestar e defender os interesses a que se propõe.-----
----- Na minha perspetiva nunca deve ter o apoio dos Autarcas, a
participação formal dos Autarcas.-----
----- Este Movimento, por aquilo que me é dado a conhecer nasce aquando
da venda das barragens, portanto, aquilo que se propõe a nível económico e
financeiro, sendo um dos propósitos, na minha perspetiva é um atestado de
incompetência que passa aos Executivos Municipais, por não saberem e
reconhecerem que não souberam acautelar os interesses do seu concelho. O
objetivo deste Movimento na minha perspetiva é fazer *lóbi*, *lóbi* não está
autorizado no nosso país. Acho que devemos refletir seriamente na direção
que queremos seguir.”-----

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“O Movimento nasce civicamente porque nasce na sociedade civil, e
independentemente de tudo o senhor Presidente da Câmara, antes de ser
Presidente, é pessoa e é pessoa que vive numa sociedade.-----
----- Eu não disse que queria defender interesses partidários nem interesses
particulares, disse que o Movimento cívico nasceu após a moção que foi
aprovada nesta Assembleia, foi para a Assembleia da República, nasceu a
partir dessa moção. Agora a participação deles, dos Presidentes da Câmara
não pode ser numa questão política, não podemos analisar isto como uma
questão política.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO BELMIRO JOAQUIM
MENDES FERREIRA:**-----

-----“Gostava de dizer ao membro Alfredo que não entro em *lóbis*, acho
que foste infeliz nessa afirmação.-----
----- Este Movimento não tem isso, das pessoas que estão à frente deste
Movimento é do melhor que existe em Portugal, e portanto vamos consultar
a página do Facebook sobre todo o trabalho que foi feito até hoje, foste infeliz
nessa afirmação.-----
----- Eu estou neste Movimento por uma associação, não deixo de ser
deputado municipal, o Movimento é apartidário. Falar no senhor Doutor José
Maria Pires, que é o segundo homem da Administração Pública da
Administração Tributária em Portugal, estamos a falar na Administração
Tributária, habitualmente faz-se carreira, é das melhores organizações que
temos no nosso país, infelizmente isso é uma realidade não é Administração
Local. Estamos a falar de um senhor que é consultor do EFMI-European
Federation for Medical Informatics, é professor catedrático, e estamos a falar
de outras pessoas. Estas pessoas não precisam disto, fazem-no por amor à
sua terra, desapegaram-se do seu dinheiro, gastaram do seu dinheiro em
detrimento da terra, a favor de toda a terra.-----

----- Eu posso dizer uma coisa, ontem estive cinco horas em reunião, não há limitação de tempo, cinco horas em reunião a discutir pontos, e isto vai-se estudar leis do Estado Novo. A venda das barragens só pode acontecer se o Estado quiser, se o Estado não quiser não se faz nenhuma venda. O Estado quando isto foi concessionado em 1954 num decreto do Estado à hidroelétrica do Douro, previa a concessão das barragens por setenta e cinco anos. Ao final de setenta e cinco anos as barragens são do Estado, é uma concessão. Posteriormente, foram feitas novas leis, já para o Tua, o Sabor e o Alto Tâmega, essas são diferentes que vêm envolvidas no Plano Nacional de Potencial Hidroelétrico do país, no tempo do engenheiro Sócrates. Se algumas pessoas lerem muito do que aconteceu no Tua e em vários sítios, e se apresentarem queixas em determinados organismos, o negócio pode cair amanhã. O Estado não tem poder para isso, o que este Movimento quis trazer e aí podemos considerar, e aí sim, podes dizer que é um *lóbi*, é dizer ao Estado que os transmuntamos já não são burros, que querem ser ouvidos, que exigem que o Estado nos pague pelos fios de alta tensão, pelas nossas autoestradas, portanto, isso é o que este Movimento quer.-----

----- Este Movimento é desafiado a mais, é desafiado pela Provedoria a fazer mais do que isso, e é desafiado pela União Europeia a fazer um plano de desenvolvimento para a nossa região. Portanto, este Movimento tem passos dados, concretos.-----

----- Efetivamente os senhores Presidentes da Câmara, e na realidade o Francisco é um homem, mas se o Francisco tiver sete ou oito mil pessoas de Mogadouro atrás dele, sente uma força totalmente diferente, essa é a realidade. A ideia pode-se ter mas sente-se motivado para ir mais longe, atenção, ele pode extinguir-se se não tem personalidade jurídica. Eu acho que seria uma estupidez nossa, como pessoas, deixarmos que isto caísse, porque ele deve fazer o seu caminho, e já o fez.-----

----- Existem mais algumas associações de Mogadouro, o que acontece é isto: foram falar nos convites para algumas pessoas estarem presentes. O Movimento reuniu ao mais alto nível, e chegar e reunir com sua excelência senhor Presidente da República na próxima semana, infelizmente só está limitado a duas pessoas, e só podem ir pessoas da parte técnica. O Movimento tem de ter alguma força para reunir com o Ministro, tem de ter alguma expressão para que a Assembleia da República abra as portas a um Movimento e ser recebido pela sua Vice-Presidente.-----

----- A Secretária de Estado do Interior, não reúne com um Movimento qualquer, houve vários organismos do Estado que reuniram com o Movimento, é porque acham que as quatro injustiças que ele se assenta, que são elas, financeira, cultural, histórica e ambiental, são uma realidade. Na reunião com o senhor Ministro, ele prontificou-se a reparar logo algumas situações. Prontificou-se logo a que a concessionária que o negócio fosse realizado, que ela podia efetivamente poder reparar ou o Estado recorrer

através do Fundo Ambiental, determinadas coisas que aconteceram no passado. Eu próprio cheguei a dizer ao senhor Ministro que existia a situação do amianto nas condutas de água de Bemposta e Picote e ele respondeu que não sabia e que efetivamente convinha envolver os autarcas aqui, porque são eles os gestores do processo. Se isto tiver algum benefício, hoje o concelho de Mogadouro sabemos que recebeu duzentos e sessenta mil, sabemos que, um secretário de Estado através de uma ordem de tribunal foi extinto o artigo 1070, que era o artigo matricial da Freguesia de Bemposta, que era a barragem de Bemposta que deixou de pagar IMI, é uma grande fonte de receita. O Movimento pode trazer um grande benefício e ao mesmo tempo traz um grande benefício que a sociedade civil, começa a fazer discutir os problemas da sociedade, e isso é que é importante.-----
----- Parece que estamos em democracia e cada vez queremos ter menos direitos e eu acho que isso é mau. Nós temos que fiscalizar os poderes instituídos, sejam eles locais ou da Administração Central.-----
----- A única coisa que posso dizer é que o Movimento fez um caminho magnífico e é lamentável este estigma que nós temos contra a terra de Miranda. Eu próprio tive esse estigma e digo isto com toda a sinceridade, quando me disseram o nome, disse, vamos ser infelizes, nós em Mogadouro vamos ter esse problema. Miranda deu o benefício, a próxima Assembleia se ela se viesse a realizar, será no concelho de Mogadouro, será neste Espaço. Miranda do Douro mostrou disponibilidade nisso, o facto de se chamar Terra de Miranda tem a ver com uma questão de cultura. Terra de Miranda vai quase até Freixo de Espada à Cinta, apanha algumas aldeias do concelho de Bragança, foi uma denominação geográfica.-----
----- Estão envolvidas a Associação de Cultura de Língua Mirandesa, estão envolvidos o Galandum Galundaina, a Lérias, a Frauga e está envolvida a Maschocalheiro e penso que me falta uma.-----
----- Portanto, do concelho de Mogadouro eu faço parte do núcleo base, o meu estudo é simplesmente barragens.”-----

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

-----“Eu começo por dizer, senhor Presidente, que hoje, contrariamente, àquilo que era habitual responder a insinuações, eu hoje não o farei, limitar-me-ei a responder a questões que efetivamente são importantes e foram trazidas por alguns dos membros desta Assembleia.-----

----- Relativamente ao seguinte ponto, não era para o fazer, mas esta parte mais sensível em que fui aqui atacado pelo membro José Branco, eu vou-lhe dizer que não é mais sério que eu, certamente a seriedade ficará para a história, e por isso não fico muito preocupado com aquilo que veio dizer publicamente, irei pedir ao senhor Presidente uma certidão daquilo que efetivamente aqui disse. Insinuações gravíssimas, não só pessoais, mas

também sobre o meu amigo e Presidente de Câmara de Miranda do Douro, sinto que se ele soubesse, ele faria uma intervenção por telefone para que todos os membros ouvissem. Mas vou-lhe transmitir aquilo que o senhor disse aqui.-----

----- Vou-lhe dizer uma coisa, em relação à minha filha, fique descansado porque ela felizmente tirou um doutoramento e concorreu várias vezes, e agora tinha duas escolhas, uma em Aveiro e outra em Chaves, felizmente escolheu a mais perto, porque é transmontana, por isso, a opção é dela e não minha. Foi por currículo, não foi preciso o Presidente da Câmara ou o pai pedir para que ela ficasse na classificação onde ficou. Fica aqui essa nota importante, para que o emprego de Moncorvo em prol do emprego em Chaves.-----

----- A lei também não foi feita para eu meter a minha esposa ou a minha nora ou a mulher do meu adjunto, a lei que eu saiba não foi feita para o Presidente da Câmara de Mogadouro em especial.-----

----- Senhor Presidente peço desculpa por este desabafo, mas no final irei solicitar uma certidão daquilo que foi dito, já tenho outra para juntar e como já há uns anos tinha pedido uma e essa até foi o professor Ilídio que ma passou, vou juntar esta ainda com mais gravidade, existem coisas que ultrapassam o que é política e isto não é política, isto é, como dizia o Engenheiro Manuel Varandas, é um baixo nível.-----

----- Senhor professor Ilídio quero-lhe responder com tristeza que efetivamente o nosso veterinário municipal foi para aquilo que todos trabalharam, está reformado, foi gozar a sua reforma e no entanto a lei permite-nos que nós recorramos ao concelho limite mais próximo quando não temos veterinário municipal. Portanto, o Doutor Godinho que é o veterinário municipal de Vimioso, a quem eu pedi ao Presidente e ilustre amigo Jorge Fidalgo acedeu e tem sido ele que nos presta este serviço. Ou vamos para uma prestação de serviços para tentar resolver ou então abriremos o concurso de acordo com aquilo que é possível logo que seja necessário. Nós sabemos que também já existem veterinários do concelho a fazerem vacinação pelas nossas aldeias, estão a tentar resolver essa questão, é evidente que nem todas estarão a ser contactadas mas algumas já foram, salvo erro, a Freguesia de Remondes e Soutelo, Castelo Branco, Vilarinho dos Galegos, o problema surge em termos só um veterinário no nosso quadro e portanto esse foi para a sua reforma bem merecida.-----

----- Tenho que referir o seguinte: já que existem duas situações que é importante referir, eu não vou responder aquilo que aqui foi dito no entanto deixo à consideração dos meus colegas de Executivo com pelouros se o quiserem fazer com a permissão do senhor Presidente, depois da minha intervenção de o poderem fazer.-----

----- Posso dizer efetivamente e isto é uma questão que já vem há uns tempos relativamente ao gás natural em Mogadouro, recebemos

recentemente no dia catorze deste mês de setembro uma contraproposta da SONORGÁS, para podermos fazer um protocolo e por isso agora está na questão jurídica a ser tratada para depois poder vir ao Executivo e posteriormente aqui à Assembleia Municipal para a respetiva aprovação do protocolo e da rescisão que temos com a DOUROGÁS. De qualquer maneira a Câmara acordou sempre uma resposta por parte da SONORGÁS ela veio no dia catorze através de um ofício enviado para a Câmara Municipal.-----

----- Os transportes escolares que referiu aqui são da responsabilidade por delegação da Comunidade Intermunicipal - Transportes Escolares, estamos a falar nos regulares e nos circuitos urbanos. Aquilo que são os circuitos especiais são da responsabilidade do Município, são dez os circuitos para os miúdos do jardim de infância de Mogadouro e Bemposta.-----

----- Em relação ao deputado Alfredo Ribeiro, levantou uma questão que eu próprio já questionei o presidente da EDP quando se fez a comemoração do cinquentenário das comemorações da inauguração da barragem de Bemposta, sobre a questão de Urrós e da quantidade de casos oncológicos que ocorrem ali. Eu pedi-lhe que nos fosse apresentado um estudo em como eu estaria errado em relação ao assunto, ele na altura no decorrer do almoço foi-me dizendo que não, que não havia cientificamente comprovado em como os cabos de alta tensão ou da linha de alta tensão provocassem esta situação de casos oncológicos. A verdade é que até hoje nunca me foi apresentado o estudo, mas poderei novamente vir à carga com o Engenheiro Rui Ferreira que agora é o presidente do Conselho de Administração e por acaso numa próxima oportunidade que tenha irei pedir exatamente que nos apresentem um estudo em como as linhas de alta tensão não são prejudiciais. Eu entendo que sim, mas eles dizem que não, estamos do lado oposto de qualquer maneira é importante percebemos que a saúde pública dos nossos concidadãos também está em causa.-----

----- Frisou aqui a questão das máscaras de proteção, os nossos trabalhadores foram os primeiros a ter máscaras, se não têm é porque não as pedem. Não há necessidade nenhuma de estarem sem máscara, mas felizmente agora estão uns kits delas feitas e são reutilizáveis, não sei se já estão ou não a fazer a divulgação pelos vários serviços, ficaram de ser entregues, de qualquer maneira os nossos trabalhadores são dos mais protegidos felizmente, contrariamente àquilo que acontece em vários sítios.-

----- Sobre o Movimento Terras de Miranda, por uma questão de percebermos o que está em causa. Este Movimento Terras de Miranda não tem só o aspeto pessoal. Mas existe um aspeto que se prende com a vontade de nos ajudarem a nós Municípios, a Mogadouro e Miranda do Douro aos dois Presidentes de Câmara a darem um bocadinho de força sobre aquilo que são as nossas reivindicações e eu falo nisto porque na primeira reunião que tivemos em sete de fevereiro quando tivemos conhecimento da venda das barragens fomos ao Porto eu e o Presidente da Câmara de Miranda do Douro,

tivemos uma reunião com o atual Presidente do Conselho de Administração que na altura era o administrador, Eng. Alfredo da Costa e também a Dra. Joana Freitas e as nossas reivindicações são sempre as mesmas, também queremos que seja não só a venda das barragens, o próprio imposto que seja dividido e que fique nas localidades, nos concelhos onde o imposto é referente neste caso Bemposta, Miranda/Picote e temos outra barragem a do Baixo Sabor que são duas. A partir daí têm sido feitas reuniões, inclusivamente a última reunião foi tida aqui em Mogadouro com o representante da ENGIE, uma das empresas do consórcio formado por três grupos. Nessa reunião que foi tida aqui em Mogadouro no dia oito de julho em que reunimos com o Engenheiro e Administrador em Portugal da ENGIE e, portanto, o Engenheiro Paulo Almirante que também já tínhamos feito uma reunião anteriormente em fevereiro no CIARA no Felgar em Moncorvo, e depois de reunir com a Associação de Municípios do Baixo Sabor reuniu connosco (Município de Mogadouro). O mais importante neste momento é preciso ver que a intenção deste Movimento, é que invistam naquilo que é o aspeto ambiental, cultural, histórico e daí o Movimento se chamar Terra de Miranda. Efetivamente, temos ilustres membros neste Movimento, e o Belmiro referiu um dos maiores fiscalistas do país que nós respeitamos muito e que nos tem estado ajudar no sentido de perceber se é possível ou não, visto que a legislação não é clara, nós participarmos na venda das barragens recebendo aqui também aquilo que é o imposto que vai ser pago ou vai ser liquidado e que seja dividido pelas barragens. O mais importante é que este Movimento, tem feito algumas reivindicações, tem feito reuniões, pelo que sei e foi dito agora publicamente, brevemente irão reunir com o senhor Presidente da República o que me parece importante dará um bocadinho mais de força, mas já reuniram com o Ministro do Ambiente, ele que está por dentro do assunto, sabe perfeitamente que nós estamos aqui numa situação em que gostaríamos de ver várias situações resolvidas, mas que queríamos financeiramente fosse também esta venda acompanhada para os Municípios poderem ter mais dinheiro e poderem também ganhar com esta venda, sabendo que a empresa que vai ser constituída ficará efetivamente aqui sediada no território, é a única garantia que temos.-----
----- Esta questão da EDP, temos um problema que é o Baixo Sabor e a famosa fórmula, como sabem a fórmula que nos garante um fundo que está a ser gerido pelos Municípios. Este fundo teve uma alteração de fórmula há uns três anos atrás que nos veio introduzir a SESI a famosa SESI e que acaba por prejudicar os Municípios. Este consórcio sabe daquilo que estamos a falar, esperemos que haja boa vontade política para alterar essa fórmula de forma a que os Municípios não fiquem prejudicados naquilo que está desde início previsto na venda da construção da barragem do Baixo Sabor que não haja efetivamente cortes nos dinheiros que a própria EDP estabeleceu e que neste momento a ser verdade aquilo que eles nos apresentam com base na

fórmula ainda teriam que ser os Municípios a indemnizar a EDP. Como compreendem não será possível, por isso eu penso que este Movimento poderá ajudar-nos aqui a ter um bocadinho de força, no entanto nós continuaremos, sei que politicamente do lado do PSD a nível do parlamento também já do PS sei que existe vontade para que o assunto seja debatido novamente, para que também haja defesa dos interesses dos territórios onde as barragens estão instaladas. E dizer que finalmente o único Município que foi prejudicado com IMI da sua barragem foi Mogadouro, mas efetivamente a EDP pagava IMI e tivemos que repô-lo e foram duzentos e pouco mil euros que repusemos de IMI, porque era a única barragem que recebia imposto por parte do concessionário da barragem e que depois com base num despacho de um senhor diretor Geral das Contribuições e Impostos, penso eu que na altura acabamos por ter de repor essa quantia. Também queremos que a barragem pague imposto, que continue a pagar aquilo que cada um de nós o faz na sua habitação ou no seu imóvel.”-----

----- **RESPOSTA DA VEREADORA, JOANA FILIPA VICENTE DA SILVA:**-----

-----“Se eu ouvi bem e peço aqui ao senhor deputado José Branco que me confirme, em sete anos de governação não foi feito nada na Educação nem no Desporto. Confirma?-----

----- Eu compreendo que haja obras que não são vistas, que haja trabalhos que não são avaliados, que haja ações que não são apreciadas. Mas posso-lhe dizer então a nível da Educação com este Município, melhorou as condições dos alunos nomeadamente a nível do pré-escolar e primeiro ciclo. No pré-escolar, assim que cheguei foi-nos dito que eles não tinham onde dormir. Hoje os alunos têm onde dormir, pode achar que não são obras, pode achar que não são ações, mas terei que dizer aquilo que eu acho em relação ao que este Município já fez. Foi colocado no pré-escolar auxiliares fixas porque era uma das condições para os pais colocarem os filhos no pré-escolar, como sabem em Mogadouro temos pré-escolar privado e pré-escolar público. Nunca houve tanta adesão ao pré-escolar público como tem existido até agora, não sei porquê, será que piorou? Será que os serviços pioraram? É a mensalidade, é o dinheiro, então porque é que aumentou?-----

----- Quanto aos alunos do primeiro ciclo, fizemos intervenção ao nível da escola do primeiro ciclo, pusemos cobertos onde os alunos podem ir para a sala e sair da sala sem passar pela chuva, onde não existia nenhum coberto para os alunos chegarem às salas. Hoje em dia temos os planos de contingência em ação, existem outras condicionantes.-----

----- A nível do refeitório, foi sim feito que se cumprisse a lei, era algo que não existia. Existe um acompanhamento na confeção das refeições, na captação dos alimentos, na revisão das ementas, para podermos cumprir a lei e por forma que seja distribuída aos pais informação que lhe dê mais

segurança para os filhos poderem almoçar na escola, principalmente ou nomeadamente aqueles que têm filhos intolerantes ou filhos com alergias a algum tipo de alimento. Além disso, foi entregue a fornecedores do concelho de Mogadouro, não o eram antes, mas agora todos os produtos que são consumidos naquela escola são de fornecedores do concelho. Houve uma diminuição na compra, no valor das despesas e houve uma diminuição nos desperdícios da alimentação, são obras que não se vêm.-----

----- Posso-lhe perguntar, porque diz que não foi feito nada comparativamente ao que foi feito nos últimos doze anos anteriores, há uma coisa que eu lhe garanto, há uma obra que realmente é feita, que é, se aquela escola não estivesse no lugar onde está nas condições em que estão, provavelmente haveria problemas que hoje não existiam.-----

----- Quanto ao desporto, além de continuar com todos os eventos que o Município tinha, foi feita uma organização de todo o tipo de modalidades que existiam, hoje se me quiser perguntar quantos alunos houve aqui, quantos alunos houve naquela modalidade, quantos frequentaram, eu hoje consigo-lhe responder, quando cheguei ao Município não o conseguia fazer.-

----- Foi criada uma grande rota de BTT a nível supramunicipal, foi criada uma prova SÃO SILVESTRE para uma primeira edição teve duzentos participantes, foi criada uma prova de TRIATLO para uma primeira edição teve cerca de cem participantes, este ano estava prevista decorrer cá a prova nacional, mas dadas as condições não conseguimos. Foi feito um apoio à requalificação ao CAMPO DE TIRO de Mogadouro, onde temos cada vez mais visitantes e eu arrisco-me a dizer que com todas estas ações provavelmente Mogadouro conseguiu ser mais visitado e conseguiu trazer mais gente. Agora lamento é que ponha em causa o trabalho dos professores, dos técnicos de desporto que em sete anos estiveram ao serviço do Município.”-----

----- **RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:**-----

-----“Foi levantada aqui a questão de um projeto que foi elaborado para requalificar doze escolas primárias, efetivamente foi feito, e bem feito ou foi bem feito. É património da Câmara Municipal de Mogadouro, só que até à data neste quadro comunitário não saiu nenhum aviso específico para inserir este tipo de candidatura. O quadro comunitário está a terminar e nós sabemos que no final de cada quadro comunitário há sempre *o'debunking*, há sempre algum dinheiro que sobra, estaremos atentos e se surgir essa oportunidade, obviamente será candidatado, portanto, é património da Câmara Municipal.-

----- Também foi aqui referido que não se fez nada na agricultura. É sempre possível fazer mais respetivamente, mas foram feitas coisas que nunca foram feitas no passado. Em termos agrícolas levamos para além da sanidade animal, que já não vale a pena falar dela, levamos pela primeira vez os nossos

produtores de produtos endógenos nomeadamente, vinho, mel e azeite além fronteiras, aproveitando uma geminação com a vila de Groslay. É perguntar-lhes a eles se vieram ou não satisfeitos, ou se estão satisfeitos com esta promoção por parte do Município. Certamente que dirão que sim!-----
----- Também se falou na questão da água, saneamentos e ambiente, eu não vou minuciosamente dizer aquilo que foi feito, porque existem muitas obras nesta matéria. Se alguém tiver dúvidas que pergunte ao chefe de divisão ou pergunte ao encargado Modesto Rodrigues, o que foi feito no passado e o que é feito há cerca de sete anos. Uma coisa é certa, desde o reforço da captação à melhoria no tratamento, hoje temos um armazém que nos permite fazer o tratamento de água diferenciado e preceptor, algo que não existia. Mas se dúvidas houvesse sobre essa matéria, só vos quero dizer o seguinte: pela primeira vez em tantos anos, em dois mil e dezassete a Câmara Municipal de Mogadouro obteve pela ERSAR-Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, entidade que tutela todo este sector no país o selo de qualidade para consumo humano.-----
----- Também foi falado aqui na questão de um sinal que caiu junto ao banco, foi um vendaval que tombou o sinal e danificou-se, a empresa já foi notificada para o vir reparar, infelizmente ainda não veio, e a gente também percebe porquê, com isto do COVID_19 não conseguiram vir e penso que eles são de Águeda, no entanto posso-vos confirmar que ainda na semana passada foi novamente notificado para virem resolver o problema. Se não resolverem de uma maneira terão que o resolver de outra, porque o sinal tem de voltar para o lugar depois de reparado.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----

-----“São situações rápidas.-----
----- Em relação à certidão que vai pedir, eu também vou pedir uma a CIM-TTM, depois em dezembro confrontamos aqui as duas.-----
----- Qual o ponto de situação da internet para a zona industrial, existe algum desenvolvimento ou não?-----
----- Outra situação, não me respondeu qual o ponto de situação da água do Município de Mogadouro com a Resíduos do Nordeste.”-----

----- **RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:**-----

-----“Em relação à questão da internet realmente faz falta, ela já devia estar feita, mas o orçamento que temos da DST da empresa que foi contratada para a fazer são trinta e cinco mil euros, e acontece o seguinte: daí o facto de ainda não estar feita, nós estamos a submeter uma candidatura para a ampliação da terceira fase da zona industrial de Mogadouro e na reunião tida com a Comissão de Coordenação em fevereiro ou março, falámos aquilo que

91D
J

pretendíamos obviamente, falámos da questão da fibra ótica e um dos técnicos da Comissão, o Dr. José Carlos, disse-nos para aproveitar a candidatura e meter a fibra ótica. Não só pelo facto de ser financiada como para dar uma mais valia à candidatura e o Município poupa dinheiro. E daí a razão de ainda não estar feita, repito, é parte integrante da candidatura, ela vai ser submetida assim que vier aprovada, é nessa altura que avançamos para a sua execução. Mas reconheço que faz muita falta.-----

----- Em relação à inclusão das águas na Resíduos do Nordeste, eu penso que de uma vez por todas, até para ficarmos todos mais confortáveis, eu também já tinha trocado impressões com o senhor Presidente sobre este aspeto, eu acho que é oportuno se calhar numa próxima Assembleia o senhor Administrador da Resíduos do Nordeste o Dr. Paulo Praça, e ele melhor que ninguém virá cá e responderá às questões que forem oportunas.”-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

----- 2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

- Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor Presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de onze de setembro de dois mil e vinte, era a seguinte:-----

“Dívida em 10/09/2020 -----

- A fornecedores	113.023,81€ -----
- A empreiteiros	0,00€ -----
- Empréstimos em dívida	531.436,71€ -----
- Leasings	0,00€ -----
- Encargos para o presente ano	64.190,35€ -----
- Saldo em 10/09/2020 -----	
- Orçamental	5.362.724,76€ -----
- Operações de tesouraria	477.995,66€ -----
- Em documentos	34.882,62€ -----
- Fundos comunitários a receber	118.668,95€.” -----

----- A Assembleia tomou ainda conhecimento do Relatório de Litígios Pendentes do Município de Mogadouro, remetido pela Sociedade de advogados, Abecassis, Azoia, Moura Marques & Associados, com sede em Lisboa, conforme refere o n.º 4 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- 2.2 PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O ANO DE 2020 (ARTIGO 112.º - A N.º 1 DO CIMI) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

“Foi aprovada na reunião do órgão executivo de oito de setembro do corrente ano, a proposta sobre o assunto em epígrafe que adiante se traduz:-----

----- “Considerando que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis prevê no n.º 1 do artigo 112.º-A, que os Municípios podem, mediante deliberação da Assembleia Municipal fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código de IRS compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:-----

<i>N.º dependentes a cargo</i>	<i>Dedução fixa (em €)</i>
<i>1</i>	<i>20</i>
<i>2</i>	<i>40</i>
<i>3</i>	<i>70</i>

----- Proponho que seja aprovada a redução do IMI para o ano de 2020 nos termos do n.º 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto sobre Imóveis e submeter a deliberação da Assembleia Municipal.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta supratranscrita.”-----

----- 2.3 PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – FIXAÇÃO EM 0,3% DA TAXA DE IMI PARA OS PRÉDIOS URBANOS RESPEITANTE AO ANO DE 2020, A LIQUIDAR NO ANO DE 2021 (ARTIGO 112.º - A N.º5 DO CIMI) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Analisada a proposta remetida pelo órgão executivo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a taxa de 0,3%, do imposto municipal sobre imóveis respeitante ao ano de dois mil e vinte, a liquidar no ano de dois mil e vinte e um.”-----

----- 2.4 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE



COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ANO LETIVO DE 2021 (DECRETO-LEI N. °56/2020, DE 12 DE AGOSTO) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-

Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----
----- “Em relação a este ponto a transferência de competências da Educação para o ano dois mil e vinte e um, com base no decreto-lei n.º56/2020 de 12 de agosto, foi prorrogado o prazo da não aceitação não só de dois mil e vinte mas passou até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um. A Assembleia também já tinha deliberado não aceitar as transferências de competências da educação até ao ano dois mil e vinte, o que propomos é a não-aceitação das transferências para o ano de dois mil e vinte e um.”-----

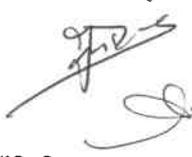
----- *Através da Certidão enviada pela Câmara Municipal, datada a dez de setembro do corrente ano, a Assembleia Municipal tomou conhecimento sobre o assunto mencionado em título que refere o seguinte:-----*

----- *“O recente Decreto-Lei n.º56/2020, publicado a 12 de agosto de 2020, vem reforçar que se mantém a transferência de competências, na área da educação para as autarquias locais definidas através da Lei n.º50/2018 publicada a 16 de agosto de 2018 e prorrogar o prazo desta transferência para o ano de 2022. Conforme estipulado, este Decreto, no seu Artigo 1.º, “... procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º21/2019, de 30 de janeiro e à segunda alteração ao Decreto – Lei n.º23/2019, de 30 de janeiro, no sentido de prorrogar o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da educação e saúde.”-----*

----- *No seu artigo 2.º, precede à alteração do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro relativamente ao ano de 2021, referindo que “Os Municípios que ainda não tenham procedido à aceitação das competências previstas na área da educação e que não pretendem fazê-lo no ano de 2021, têm de comunicar este facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos até 31 de Dezembro de 2020.”-----*

----- *Tal como referimos no parecer emitido em março de 2019, entendemos que o processo de transferência destas competências, implicará um reforço dos recursos humanos existentes no Mapa de Pessoal do Município e um acréscimo na despesa, para que seja possível assegurar o desempenho das funções decorrentes desta transferência e descentralização.-----*

----- *Analisado o assunto, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e decretado pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e cinco (35) votos a favor e uma (1) abstenção,, concordar a posição tomada pela Câmara Municipal de não aceitar as*



transferências de competências no domínio da educação e da saúde para o ano dois mil e vinte e um.”-----

----- 2.5 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA AÇÃO SOCIAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ANO LETIVO DE 2021 (DECRETO-LEI N.º55/2020, DE 12 DE AGOSTO) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-

Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“Este decreto é novo é o n.º55/2020, em que vêm transferir competências dos órgãos municipais para as entidades intermunicipais naquilo que é o domínio da Ação Social. A possibilidade de nós não aceitarmos é porque ainda não temos condições para aceitar aquilo que seja a totalidade no que compete ao Município. Nós entendemos que não se aceitem as competências no ano de dois mil e vinte e um, naquilo que é a competência da área da Ação Social.”-----

----- *Através da Certidão enviada pela Câmara Municipal, datada a dezoito de setembro do corrente ano, a Assembleia Municipal tomou conhecimento sobre o assunto mencionado em título que refere o seguinte:-*

-----“*A Lei n.º50/2018 publicada a 16 de agosto de 2018 estipula a transferência de várias competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.*-----

----- *De acordo com o ponto 2 do artigo 3.º da referida Lei, esta transferência pode ser efetuada de forma gradual até 1 de janeiro de 2021.*

----- *No dia 12 de Agosto de 2020 foi publicado o diploma legal que concretiza a transferência de competências para os municípios e entidades intermunicipais do domínio da ação social.*-----

----- *O Decreto-Lei n.º55/2020, de 12 de agosto reporta-se assim, à transferência de competências de ação social e segundo o mesmo, os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências previstas no presente Decreto-Lei no ano 2021, podem comunicar esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos até 60 dias após a publicação em Diário da República do Despacho previsto no número 3 do artigo 16.º e das portarias referidas nos artigos 10.º e 11.º do presente diploma.*-----

----- *A descentralização de competências pretende promover serviços públicos de proximidade, tendo sempre em conta o melhor interesse da comunidade, da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, reforçar o papel das Autarquias Locais e uma maior adequação dos serviços a prestar*

à população traduzindo-se num melhor atendimento e numa resposta mais eficaz para os munícipes.-----

----- Importa, no entanto, referir que algumas destas competências são já matérias que a Câmara Municipal apoia e implementa, como sejam, apoios habitacionais, componente de apoio à família para alunos que frequentam a rede pública do ensino pré-escolar.-----

----- Embora concordemos com estes pressupostos, uma vez que o Município de Mogadouro presta outros apoios sociais não previstos no Decreto-Lei n.º 53/2020, de 12 de agosto, entendemos que um processo desta natureza implicará no mínimo, um reforço dos recursos humanos e um acréscimo na despesa, para que seja possível assegurar o desempenho das funções decorrentes desta descentralização.-----

----- Analisado o assunto, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e decretado pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e quatro (34) votos a favor e uma (1) abstenção, concordar a posição tomada pela Câmara Municipal de não aceitar as transferências de competências no domínio da ação social para o ano dois mil e vinte e um.”-----

----- **2.6 INFORMAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A CORREÇÃO MATERIAL – ACERTO DE CADASTRO DO PLANO DE PORMENOR DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO**

– **PARA CONHECIMENTO:** Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“Tem a ver efetivamente com a zona verde da zona industrial que está implantada sobre um caminho que já existia e portanto é a retificação do cadastro. Neste caso a área referida da zona verde de proteção sobreposta ao caminho é de dois mil seiscentos e doze metros aproximadamente. Penso que nunca foi intenção do Município sobrepor a zona verde sobre aquilo que era o caminho que existia que ia ligar à Quinta de Nogueira, todos nós nos lembramos, principalmente os que são de Mogadouro. E agora é que se deparou que essa zona verde está inserida sobre esse caminho que se pretende reclassificar.”-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correção material – acerto de cadastro do plano de pormenor do loteamento industrial de Mogadouro.-----

----- **2.7 CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CONFORME ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 21.º – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:**-----

-----INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO DE JESUS CORDEIRO:-----

-----“Chamei à atenção em tempo oportuno os membros parlamentares do PS para a necessidade de se proceder à revisão do regimento da Assembleia Municipal. Entendi que o regimento enfermava de algumas lacunas a necessitarem de serem revistas e assim adequá-lo e torná-lo mais funcional. Fui frontalmente bloqueado com a argumentação que o regimento estava muito bem elaborado e que não necessitava de ser revisto. Fiquei agora muito surpreendido com a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. Ainda não ouvi até ao momento, ninguém chamar à atenção para as falhas que o regimento pudesse ter e que tenham dificultado o desenvolvimento dos trabalhos. Os trabalhos das diversas ordens de trabalho com ou sem respeito pelo regimento têm-se desenvolvido e poderão em meu entender continuar a desenvolver-se do mesmo modo. Não sei se já se aperceberam dos fundamentos justificativos para a revisão do regimento ou se apenas será para colmatar algumas falhas de que todos já se aperceberam. Que o regimento precisa de ser revisto eu não tenho dúvidas, mas pensar em revisão do regimento nesta fase de mandato, a um ano de novas eleições não me parece muito bem, seria melhor esperar pelas próximas eleições para o rever e adequar à visão do funcionamento da nova Assembleia Municipal resultante do ato eleitoral. É certo que mesmo assim se pode rever, mas se a Assembleia bem ou mal funcionou durante três anos, bem pode, a meu entender, continuar mais um ano, além disso o senhor Presidente da mesa tem sempre a hipótese de em casos pontuais recorrer para a Assembleia a fim de suplantar qualquer falha. Por conseguinte, sem querer ser impeditivo de qualquer coisa, não me parece ser o momento mais oportuno para se prestar a referida revisão, no entanto, ouvi agora que participaram no congresso da ANAM e que tinham de lá trazido a ideia de que faria falta a revisão do referido regimento. Para constar as novas ideias que se pretendem colocar, primeiramente têm de estar em lei, só depois de estar em lei é que se pode passar para o regimento. Portanto, façam como entenderem.”-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Primeiramente, a Assembleia não tem funcionado bem ou mal, tem funcionado bem.-----

----- Segundo, este tema foi tratado em conferência de líderes, mas há um ponto de situação que aqui temos que analisar. Este tema foi introduzido agora meramente porque foi agora que arranjamos espaço e tempo para o alterar. Ou seja, nós temos um regimento-tipo há muito tempo, sensivelmente há dois anos, mas estas coisas não se fazem em cima do joelho. Na lei, sempre na lei. Não vamos meter pontos que não estejam implícitos na lei, isso nem se põe em causa. Agora a questão de o fazer agora

é porque surge a necessidade de alterar, emendar, corrigir ou incluir pontos que são estritamente necessários. Se a mesa propôs que a alteração do regimento interno tem de ser feita agora, é fácil põe-se a votação, senão numa próxima Assembleia, a mesa da Assembleia propõe alterá-lo.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO** :-----

-----“Como você disse e muito bem, o assunto foi discutido em conferência de líderes, eu sei o que foi lá discutido, sei porque me disse o professor Ilídio.-----

----- Acho que há uma pequena falha, a constituição tem de dizer de são quatro, cinco ou seis, e não está aqui. Sei que o professor Ilídio propôs sete pessoas para a constituição deste grupo e acho que foi lá decidido que iam ser cinco, mas acho que deveria estar aqui implícito.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS**:-

-----“Em relação a este assunto, tenho a dizer que já na conferência de líderes manifestei pouco crédulo se seria uma altura ideal para alterar o regimento. Mais agora com a informação que veio daqui da ANAM dizer que vai ser necessário provavelmente adaptar os regimentos municipais aquilo que for emanado da ANAM. Também analisando o seguinte, nós estamos em setembro, em dezembro temos Assembleia para aprovação do orçamento, não será muito lógico o tempo para analisar esta situação, ficamos praticamente com o ano de dois mil e vinte e um onde haverá teoricamente duas ou três Assembleias Municipais. Aquilo que eu ia propor ao senhor Presidente da mesa é que propusesse à votação se faz o grupo agora ou não. Ou então, se o senhor Presidente achar, que proponha à Assembleia retirar o ponto ou incluí-lo. Eu continuo a ser da opinião que não será a altura ideal para se alterar este regimento. Será necessário alterá-lo eventualmente mas ficaria para mais tarde.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ**:-

-----“Relativamente a esta matéria eu também fui na conferência de líderes um pouco séptico relativamente ao espaço temporal que irá definir ou não a elaboração de um novo regimento, porquanto os regimentos estão sempre subordinados à lei, portanto não existe mal maior porque o regimento é definido pela lei 75/2013. Todavia concordo e concordei e foi a posição que tomei na situação atual, também me parece um pouco descabido fazer alterações porquanto também se estão aí a desenhar novos formulários de regimentos com a possível e eminente alteração da lei eleitoral. Mas também percebi a vontade do senhor Presidente da Assembleia em querer alterar, pois era uma questão pessoal, também ninguém discordou, todavia, questões pontuais que se adequem aqui ao nosso Município podem ser alterados por

proposta da mesa à Assembleia, e elas podem-se incluir desde que, não firam a lei. É evidente que na elaboração destes regimentos, por uma questão talvez de maior sensibilidade para o assunto, entendi que o grupo de trabalho para além da mesa devia ser constituído por dois elementos de cada grupo parlamentar com assento na Assembleia. Da minha parte acho extemporâneo neste momento fazer alterações que não sendo profundas podem ser necessárias, mas não sendo profundas podem-se adequar às competências da mesa. Todavia, também não quero ser impeditivo e se quiserem fazer, façam-no. Da nossa parte propus sete, não houve votação, houve entendimento que deviam ser a mesa e mais dois, e esses dois até foi dito que deveriam ser pessoas que assumem a liderança dos grupos parlamentares, por estarem mais embebidos na matéria administrativa. Da minha parte, estou numa fase de ir para o outro lado da bicicleta de pedalar só com um pedal, de maneira que da minha parte não vejo inconveniente, mas corroboro com a opinião do Manuel Varandas que deve ser extemporâneo nesta fase uma vez que se aguardam novas regras.”-----

----- **INTERVENÇÃO DA SEGUNDA SECRETÁRIA, CARLA ALEXANDRA REIS LOUSÃO:**-----

-----“Em relação a este ponto que diz respeito à constituição de um grupo de trabalho para se promover a revisão do regimento que rege a presente Assembleia, a verdade é que ela foi incluída nos trabalhos antes de nós participarmos no congresso que foi promovido pela ANAM. Têm razão num aspeto, quando dizem que se calhar pode ser cedo, pode ser tardio. E se calhar está na altura de utilizarmos a expressão *“porque é que vamos deixar para amanhã aquilo que podemos fazer hoje?”*, podemos começar a fazer algumas coisas, podemos começar a trabalhar em algumas alterações. Também ficou perfeitamente explícito que a constituição deste grupo de trabalho tinha por objetivo ficar criado para quando houvessem e estivessem reunidas as condições para avançarmos para o trabalho e aí começarmos a fazer e não estarmos presos por falta da eleição ou da aprovação por parte da Assembleia da constituição desse mesmo grupo de trabalho. Agora que estamos em fim de mandato, e a verdade é que nós não somos políticos, nós não sabemos se estaremos aqui no próximo mandato e a verdade é que sempre foi um dos nossos objetivos, fazemos uma revisão e estamos no momento certo para o fazer. Proximamente, teremos a alteração em termos da lei, da legislação, entretanto temos legislação de suporte e uma das coisas ou um dos aspetos que é extremamente importante é nós abordarmos e trabalharmos ou melhorarmos a nível deste regimento da Assembleia, tem exatamente a ver com a identidade da Assembleia. Nós não nos podemos esquecer que nós somos o órgão deliberativo e temos determinado tipo de funções e às vezes determinados aspetos ou passos que nós queremos dar e acabamos por não os poder dar, estamos presos. Nós não temos liberdade para nos reunirmos,

não estou a dizer só a mesa, mas com alguns eleitos debatermos alguns assuntos necessários ao Município, isto para dizer o quê, uma das propostas que veio acima nesta Associação Nacional Assembleias Municipais e pelos vistos não é propriamente nova, pois tivemos testemunhos de muitas Assembleias a nível nacional que eles já possuem as tais chamadas, Comissões Permanentes. Pode haver uma Comissão Permanente única, pode haver uma Comissão Permanente direcionada para vários assuntos. São Comissões que são constituídas em inícios de mandato, ou seja, os grupos de trabalho estão formados e quando há a necessidade de debater são essas Comissões reúnem, existindo também muitas Assembleias que convocam o senhor Presidente da Câmara para fazer parte destas mesmas Comissões. Por isso, talvez seja o momento porque nunca é tarde demais começar a colocar em prática determinados aspetos que possam ser viáveis para o desenvolvimento do Município e do concelho. Mesmo que seja o último ano de mandato, pode ser o primeiro passo para depois alguém lhe dar continuidade.-----

--- Outra coisa que é preciso trabalhar as identidades, as Assembleias precisam de uma identidade. Essa identidade obviamente é remetida e fica expressa a nível do seu regimento, não queremos fazer aqui uma cópia das Assembleias a nível nacional, temos que adaptar à nossa realidade. E dizer que precisamos também ter um papel mais ativo em termos de Assembleia. Quando estávamos no congresso debateram-se claramente estas questões em termos do poder local, quais são os novos desafios para o poder local, falou-se de muitas situações, quer em termos das novas competências, quer em termos de trazer a juventude e a população de volta à política, entretanto nós pensamos aqui a nível das nossas regiões em termos de interior nós temos outros desafios, além destes desafios políticos. Temos os desafios do despovoamento, da perda de população e nós precisamos de cada vez mais de aproximar as pessoas ao território, e uma das formas que nós temos de fazer é através dos eleitos locais, são eles que conhecem a realidade e que podem ajudar. Temos que debater uma situação, afinal qual é o significado que as Assembleias têm efetivamente para as pessoas e têm para o território, temos que ter uma voz mais ativa, mais proativa e não ficar com uma postura muito parada. Se às vezes nós temos por objetivo trazer as pessoas para as Assembleias se calhar também temos que começar a pensar um bocadinho, que tipo de intervenção é que eu tenho que ter para as pessoas participarem. Por isso, deixar aqui o apelo que aproveem a constituição deste grupo de trabalho, porque este grupo de trabalho não vai entrar em vigor amanhã, é simplesmente para garantirmos e reunirmos as condições de trabalho para efetivamente começar a alterar e promover esta melhoria. E para terminar, transmitir uma frase que ficou no congresso: *cada um de nós em termos de eleitos locais pensarmos, qual foi o legado que nós deixamos para melhorar as condições da população e do território enquanto intervenientes.*-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ALTINO DOS ANJOS ALEIXO:-----

-----“De facto esta Assembleia não tem corrido bem e há bocado quando o professor Ilídio veio aqui, estive mesmo para intervir.-----

---- Quando o professor Ilídio chegou aqui e se vira para o Presidente da Assembleia e diz que o Presidente da Assembleia não devia intervir tanto, eu pensei, realmente o Presidente não está a cumprir o regimento senão não o tinha deixado vir a si nesta segunda intervenção.-----

----- Sem o senhor Presidente da Câmara dar as respostas às perguntas que você fez, o Presidente nem o devia ter deixado vir aqui. Isto é para dizer o seguinte: em relação ao outro ponto e vocês já devem estar esquecidos, mas você deve estar lembrado e foi dito nesta Assembleia, que as alterações ao regimento já foram feitas no seu tempo, pelo menos três fê-las. E algumas foi para mudar o O pelo U, mas pronto, isso não está em causa.-----

----- Outra situação, nós estamos aqui para mudar o regimento com intenção e por causa da Associação de Municípios e outras coisas que vão mudar e que vamos ter que nos adaptar a algo que vai vir mas ainda não veio. Ainda não sabemos como temos que alterar, correto. Neste ponto a minha opinião era retirar o mesmo da ordem de trabalhos.”-----

----- *A Assembleia analisou e deliberou por maioria com trinta e quatro (34) votos a favor, um (1) voto contra e uma (1) abstenção, aprovar a constituição do grupo de trabalho para a revisão do regimento interno da Assembleia Municipal, conforme a alínea a) do n.º 1 do art.21.º.*-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Proponho o seguinte, uma vez que existe um desfazamento que eu ainda não intendi, sugiro que os nomes solicitados para a criação desse grupo de trabalho venham na próxima Assembleia, três da mesa e um de cada grupo parlamentar.”-----

----- 2.8 INFORMAÇÃO SOBRE A INSCRIÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL NA ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DE GINÁSIOS E ACADEMIAS DE PORTUGAL (AGAP) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte: “O que se pretende é que a Câmara Municipal de Mogadouro adira à Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal para podermos legalizar o ginásio municipal, como sabem, ainda não foi feito desde que está em funcionamento.”-----

----- *Após apreciação e discussão, e nos termos do disposto al. k) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, a Assembleia Municipal*

deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do ginásio municipal à Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal (AGAP), com sede na cidade de Sintra, autorizando o pagamento da inscrição (anuidade) à referida empresa no valor de duzentos e cinquenta euros (€250,00).-----

----- 2.9 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – CONHECIMENTO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pelo sector de contabilidade.-----

----- 2.10 MAPA DA CEDÊNCIA DAS MÁQUINAS NO CONCELHO – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do mapa remetido pela Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais referente ao serviço prestado pelas máquinas buldozer, giratória e niveladora do Parque de Máquinas da Autarquia nas freguesias do concelho nos meses de junho, julho e agosto de dois mil e vinte.-----

----- 2.11 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 3 – 2020 – CONHECIMENTO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pela Divisão de Contratualização, Informática e Património sobre os compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos referentes aos contratos iniciados no ano de dois mil e quinze até à presente data.-----

3. OUTROS ASSUNTOS

----- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES: - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Aproveito a ocasião para informar que no próximo dia treze de outubro vão ocorrer as eleições para o Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Norte, como sabem há uma eleição nova e será para isso convocada a Assembleia entre as dezasseis e as vinte horas para irem votar. Aquilo que eu queria pedir era que tivessem atenção que é uma terça-feira, portanto, o local ainda não está estabelecido, mas será enviada. De qualquer maneira é a primeira vez que a Comissão de Coordenação vai ser eleita por um grande colégio, neste caso, votará a Assembleia Municipal, os seus deputados, Presidentes de Junta, todo o Executivo e por isso dia treze estão marcadas as eleições, o Vice-Presidente também será eleito mas nas Comunidades Intermunicipais, neste caso, pelos Presidentes de Câmara. Em relação ao Presidente da Comissão existe só um candidato, que é o professor, António Cunha, ex-reitor da Universidade do Minho. Em relação ao Vice-Presidente, a um dos Vice-Presidentes posso-vos adiantar que é o Eng.,

Bernaldino Pinto, antigo Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, também único candidato. Fica o apelo para que votem.”-----

----- **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Em relação a este ponto irão ser transmitidas algumas informações, vocês já receberam a parte da legislação e já receberam o funcionamento, falta receber onde vai ser feita a eleição e em que moldes vai ser feita. É uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal só com um ponto.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ALTINO DOS ANJOS ALEIXO:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Eu trabalhei consigo na Assembleia durante uma série de anos, eu fiz muitas intervenções, todas as intervenções que fiz foi consigo. Fiz muitas críticas e recebi muitas críticas, mas foi com o devido respeito, com civismo, com educação e nunca existiram problemas nenhuns. Penso que até se melhorou em benefício do funcionamento da Assembleia. Mas o senhor disse que quando o senhor Presidente fez a sua intervenção devia ter vindo ao palanque, isso está no regimento, exatamente. E por estar no regimento quando o senhor veio para aqui fazer essa declaração por estar no regimento o senhor já tinha vindo uma vez nesse período sem o senhor Presidente da Câmara dar resposta. Por isso estava no regimento que o Presidente da Assembleia não o devia ter deixado vir aqui. Foi isso que eu quis dizer.”-----

----- **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Estão a ver como é importante nós falarmos na alteração do regimento? Porquê, porque a seguir ao regimento a mesa têm a ideia de realizar uma formação sobre o regimento, para todos sabermos e ficarmos inteirados do que o regimento fala. Eu acredito que 70% dos que estão aqui não conhecem o regimento.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“O senhor membro, Altino, pronunciou o meu nome e acusou-me que se calhar não fui eu que cumpro o regimento, até podia ter acontecido mas não me recordo. Eu chamei à atenção de um formalismo que existe no regimento, mas até foi uma atenção de simpatia, alertar o senhor Presidente para o cumprimento do regimento em matéria de intervenção, não foi para ofender o senhor Presidente nem ninguém. Agora é verdade que quando faço uma intervenção eu procuro ser sensato, educado, compreensivo, tentar

estudar aquilo que digo, o que digo e o que quero dizer. Mas lamento que haja outras pessoas, outros companheiros parlamentares que, suponho que não sabem o que dizem, mas sabem o que querem.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL ANTÓNIO PRETO:**

- Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Eu venho aqui falar sobre o seguinte assunto: este problema já vai com quatro ou cinco anos e aproxima-se a apanha da azeitona e está uma fossa num prédio das minhas sobrinhas a deitar água e resíduos para fora. Aproxima-se a apanha da azeitona e as mantas ficam todas sujas, o senhor vereador já esteve lá e disse que ia resolver o problema, até hoje nada. Venho alertar outra vez para a situação.”-----

----- **RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“A questão de Tó não é nova, mas não é verdade que nunca foi feito nada. Quando estive há cerca de dois anos com o chefe de divisão e o encarregado a fossa foi limpa. O que acontece é que, quando chove mais um bocadinho aquela fossa tem mais água e não deveria ter, porque há muitas redes fluviais que vão lá parar. Portanto, não é um problema da fossa, é problema de quem manda para lá as águas. Se está outra vez a correr, no início da próxima semana os técnicos da Câmara vão voltar lá e resolver o problema. A Câmara teve conhecimento agora e vai resolver o problema.”--

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO FRANCISCO JOSÉ TELO AFONSO:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Eu devia ter feito esta intervenção nos votos de pesar, por lapso também houve esquecimento de alguém em relação a uma funcionária da Câmara de Mogadouro, é a Margarida Caetano Falcão que lhe faleceu o sogro.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MARIA JOSÉ RAMOS FERNANDES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Resolvi intervir, não sei se é a ocasião oportuna, mas é sempre bom intervir.-----

----- A questão da internet a nível das aldeias nas Freguesias, em São Martinho ficámos num buraco e temos muita dificuldade mesmo na rede móvel, é raro ter rede de telefone e a internet também é muito fraca. Como dizem que está previsto haver a rede de fibra ótica, acho que devia ser o Município através de algum projeto alargar a rede de fibra a todo o concelho, não é só Mogadouro, mas a todas as aldeias do concelho.”-----

J. J. P.
S.

----- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES: - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Ontem tivemos uma reunião, embora o senhor Presidente da ANACOM estivesse por vídeo-conferência, nós presencialmente na CIM-TTM pelas dezoito e quarenta e cinco quando começou a nossa reunião e o Dr. João Cadete Matos foi confortado com várias situações, inclusivamente a nossa situação que são bem piores que são as nossas aldeias, que têm dificuldade nos acessos às redes. Efetivamente, estão a tratar de um regulamento, e o regulamento ainda não está cá fora, e 75% em três anos o que se prevê é isto: é o Estado que está a tratar com a ANACOM, o que preveem é que 75% em três anos das aldeias e localidades de baixa densidade consigam ter acesso às redes móveis, e 90% em cinco anos, dissemos-lhe que não chega, por isso lhe transmitimos ontem esta preocupação. E da rede fibra rural que não passa só em Mogadouro, passa em mais sítios no nosso concelho. Na rede de fibra fizemos a mesma questão, ele disse-nos que está a ser regulamentada pelo regulamento que ainda não está cá fora, mas todas as colaborações são importantes. Nós falamos-lhe foi no roaming nacional, nunca mais saiu, isto foi uma promessa que já vem há uns tempos sendo adiada, como sabem em Espanha tem roaming nacional e nós queríamos que ele fosse implementado em Portugal, o que está neste momento a decorrer entrará no próprio regulamento porque tem havido um bocadinho de frontalidade por parte das operadoras em que seja criado o roaming nacional, roaming nacional é igual ao roaming internacional, ou seja, nós estamos numa localidade que temos a operadora X, essa não tem nessa localidade rede passamos para outra operadora nacional. O que nós pretendíamos e se calhar solucionávamos em parte os nossos problemas.-----

Aproveitando a oportunidade quero dizer-vos o seguinte: nós vamos também sofrer uma alteração na TDT, ou seja, o canal do TDT vai passar a ser outro, Mogadouro será no dia dezasseis de outubro, de qualquer maneira nós vamos enviar a informação que ontem ele disponibilizou porque vai ocorrer um problema nas nossas aldeias e as pessoas vão ficar de um momento para o outro com a televisão a preto. Existe um número gratuito 800 102 002, e terão que ser os senhores Presidentes de Junta ajudar. Se não conseguirem é só fazer uma reativação no menu para procurar a frequência automaticamente e estará novamente a funcionar. O problema do senhor Presidente e ficou já estabelecido que dia nove de novembro virá à Comunidade Intermunicipal em pessoa, presencialmente, se não houver alterações a nível daquilo que é o Covid_19 e da situação que o país está a viver, e pelo mundo. Ficou estabelecido que ele virá a Bragança neste caso à Comunidade Intermunicipal na reunião que tivermos nessa altura, não sei onde será, como fazemos as várias reuniões corridas, até pode ser em Mogadouro, não quer dizer que não seja, mas já ficou estabelecido que em

novembro ele se fará representar e virá aqui para ouvir as nossas preocupações, embora ontem fosse transmitido este problema. Façam-nos chegar se houver mais algumas e nós pessoalmente transmitiremos todos os problemas que existem nas nossas localidades, o que se lhe disse é que não é só por Freguesia o que interessa é localidade. De qualquer maneira aproveito a oportunidade para alertar que vai alterar a TDT não só nas aldeias mas também em Mogadouro, e quem está a ser servido pela rede digital terrestre terá que obrigatoriamente fazer um *refresh* na televisão.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Eu informei sobre o que se está a passar com a água do bairro social, não houve nenhuma resposta, espero que brevemente haja uma resposta sobre o ponto de situação. Os outros construtores que estão aqui e população em geral se gastarem água a fazerem outros serviços e roubarem a água à Câmara, a Câmara também não terá moral de multar. Como não obtive resposta não sei se o senhor Presidente tem conhecimento e não atuou ainda ou se vai atuar posteriormente.”-----

----- **RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Tal como aconteceu com o membro Manuel Preto, tivemos conhecimento dessa situação agora. A ser verdade, obviamente que vamos tratar o assunto, vamos mandar alguém ver se é ou não verdade. A ser verdade, só temos uma solução e que se faz com os outros, corte de água e depois vai ter de solicitar contador.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

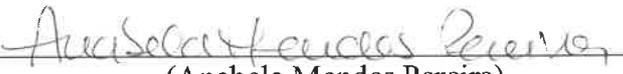
-----“Antes da leitura, agradecer a todos os intervenientes da envolvência da preparação da Assembleia Municipal, especificamente à Liliana, ao Mário, ao Hugo, à Dona Odete e todos aqueles que porventura me tenha esquecido, o meu muito obrigado.”-----

----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final dos trabalhos e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à executoriedade imediata dos assuntos tratados, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Eram treze horas e dez minutos, quando o senhor Presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente

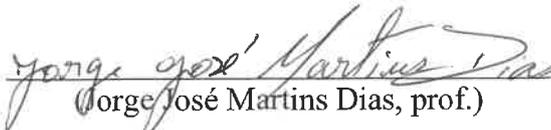
ata que eu, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi:-----

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal,



(Anabela Mendes Pereira)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Jorge José Martins Dias, prof.)

Esta ata é constituída por 18295 palavras, distribuídas por 43 páginas e 1827 linha

